

A CÁRITAS

8 – ASSIM VAI O MUNDO ...

P. *Boa tarde. Este é mais um tempo da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco, representada por Elicídio Bilé, que tem feito diversas abordagens aos vários problemas que afligem a nossa sociedade.*

No último programa falou-nos das mudanças que estão a ser operadas no nosso tempo e apontou-nos alguns dos constrangimentos que se verificam nessas mudanças. Na sequência do que foi dito, hoje apresenta-nos mais alguns desses constrangimentos com o objectivo de nos proporcionar alguma reflexão.

Assim, começo por lhe perguntar: Qual a vertente que hoje vai partilhar connosco?

R. Boa tarde. Hoje irei abordar uma questão que faz com que muitos portugueses descreiam e se afastem da actividade política, isto é, muitos portugueses estão descontentes com a forma como se desenvolve a nossa vida comunitária em termos de participação cívica através dos partidos políticos e da acção política.

P. *Significa com isso que os partidos políticos são uma das causas que provocam a “depressão colectiva” da população como referiu no programa anterior?*

R. Os partidos políticos são o suporte da vida democrática, contudo a forma como se movimentam pode levar ao descrédito das políticas que tentam desenvolver, quer no governo, quer na oposição.

Eu, não me considero saudosista, pelo menos no que se refere à vida social, mas ocorreu-me o título de um documentário denominado – “**Assim vai o Mundo**” que, no tempo da ditadura, passava nos écrans de cinema antes da exibição do filme. E, ao recordá-lo, parece-me ser uma boa imagem para desenvolver a questão desta tarde, de uma forma mais leve do que habitualmente.

Invariavelmente, nesse documentário, depois de ter passado pelo crivo da censura, era exibida a propaganda política do regime através da exibição de imagens convenientes de inaugurações, discursos de inflamado patriotismo e tomadas de posse, com pompa e circunstância, de titulares de altos cargos públicos fiéis ao regime.

Por ironia, passados 33 anos de regime democrático, num estilo menos engravatado e mais colorido que o cinzento da altura, “*vemos, ouvimos e lemos*” notícias, agora sem censura prévia, sobre acontecimentos idênticos.

Hoje, como ontem, os fiéis indefectíveis dos partidos políticos são nomeados para assumir funções de direcção nos diversos serviços da Administração, na chefia dos gabinetes dos directores, de motorista dos directores, de assessoria aos detentores de cargos públicos, de secretários dessas assessorias e de tudo o que mais se queira e o erário público suporte.

De facto, **Assim vai o Mundo!**

E o que acontece no mundo acontece a nível nacional e acontece também na nossa política caseira.

Hoje, a oposição esgrime, de dedo em riste, argumentos contra o partido do poder que coloca os seus “boys” e “girls” nos diversos “jobs”. E, quando essa oposição conquista o poder, tem os mesmíssimos procedimentos.

É o ciclo vicioso da nossa política, a “pescadinha de rabo na boca” que nós pagamos com os “olhos da cara” sem vermos forma de quebrar o ciclo.

Em nome da confiança política nomeia-se sem ter em conta a competência do nomeado e, muitos destes nomeados, nem se dão conta de que atingiram o célebre “*Princípio de Peter*” e que, em muitos casos, já escandalosamente o ultrapassaram.

O “carreirismo político” leva a que muitos não conheçam outra profissão para além daquela honrosa ocupação cívica que oferece regalias que os outros cidadãos não possuem.

Muitos outros, apesar de não terem conhecido o verdadeiro mundo do trabalho, têm tais atributos que já ocuparam os mais diferenciados e antagónicos cargos na administração e ainda aqueles que almejam para o futuro.

E, Assim vai o nosso Mundo!

Dizia eu, no último programa, que “*a causa da nossa depressão colectiva é fruto de muitos factores e culturalmente influenciada por quem tem responsabilidades...*”. Acrescento hoje que, a causa do nosso atraso estrutural, económico e produtivo é fruto de muitos disparates cometidos ao nível de alguma política que assenta num errado conceito de cidadania e nos vícios que atrás refiro.

P. E a culpa é dos partidos políticos?

R. Diz-se, em alguns meios, que a culpa é do *sistema*, mas parece que os directórios dos partidos não querem alterar o *sistema político* vigente, no que concerne às nomeações, para já não falar na tão badalada reforma da lei eleitoral.

Pena é que, a nobreza com que alguns se dedicam à causa pública, ao serviço da política e da cidadania, contraste com a falta de pudor de outros que, querendo parecer aquilo que não são, fazem mal aquilo para que, sem grande esforço, se bateram e lhes é dado a qualquer preço.

E pergunto:

- *Porque não se define, através de diploma legal emanado da Assembleia da República, quais os cargos que são de confiança política e de nomeação?*
- *Porque não se define o perfil da pessoa a nomear para cada cargo?*

A resposta a estas e outras questões sobre a nossa vida política terá de ser dada quanto antes, sob pena de que o descrédito nos políticos ponha em causa o regime democrático, cuja conquista custou a vida e o sofrimento a tantos portugueses.

E, **Assim vai o Mundo** na sua inexorável caminhada, na expectativa de que seja o tempo a aplanar os tortuosos caminhos que alguns vão criando.

Mas na verdade não pode ser o tempo, mas os homens que têm de dar as mãos e procurar soluções conjuntas para que a vida seja vivida em plenitude.

De facto, é preciso mudar muita coisa.

A este propósito, dizia o conhecido pintor Andy Warhol:

“Dizem sempre que o tempo muda as coisas, mas na realidade somos nós próprios quem tem de as mudar.”

P. *A Igreja tem, certamente, uma posição sobre esta matéria. Quer falar-nos um pouco dessa perspectiva?*

R. De facto, deixando alguma ironia que pode transparecer do que disse até agora, o pensamento da Igreja manifesta-se nos diversos documentos que constituem a sua Doutrina Social, ao afirmar, claramente, que a pessoa humana é fundamento e fim da convivência política.

Por exemplo, com base nas cartas encíclicas do papa João XXIII *“Pacem in Terris”* de 1963 e *“Mater et Magistra”* de 1961, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja diz-nos o seguinte:

“A comunidade política procede, portanto, da natureza das pessoas, cuja consciência manifesta e obriga peremptoriamente a observar a ordem impressa por Deus em todas as criaturas: uma ordem moral e religiosa que, mais do que todos e quaisquer valores materiais, influa na direcção e nas soluções que deve dar aos problemas da vida individual e comunitária, dentro das comunidades nacionais e nas relações entre estas”.

Também com base na constituição pastoral do Concílio Vaticano II *“Gaudium et Spes”*, diz-se o seguinte:

“A comunidade política, realidade conatural aos homens, existe para obter um fim comum, inatingível de outra forma: o crescimento em plenitude de cada um dos seus membros, chamados a colaborar de modo estável para a realização do bem comum, sob o impulso da sua tensão natural para a verdade e para o bem”.

Significa tudo isto que a comunidade política tem na referência ao povo a sua autêntica dimensão. E, aquilo que caracteriza um povo é a partilha de vida e de valores, que são fonte de comunhão.

Logo, a discricionariedade com que a política é muitas vezes exercida, vai contra este princípio evidente.

Aquele que é chamado a exercer a actividade política ou que, de algum modo com ela está relacionada, deve fazê-lo com isenção, com espírito de serviço e com lealdade para com a comunidade e para com cada cidadão. Aliás, este é um dos princípios básicos do nosso sistema democrático.

Um juízo explícito e articulado sobre a democracia está patente na encíclica *“Centesimus Annus”* do Papa João Paulo II, que diz o seguinte:

“A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses

particulares ou dos objectivos ideológicos. Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma recta concepção da pessoa humana. Ela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos, através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjectividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e corresponsabilidade”.

P. *E, quanto aos partidos políticos o que diz a Igreja?*

R. Quanto aos partidos políticos a Igreja tem igualmente uma posição clara, como nos diz a constituição pastoral *“Gaudium et Spes”* do Concílio Vaticano II:

“Os partidos políticos têm a função de favorecer a participação efectiva e o acesso de todos às responsabilidades públicas. Os partidos são chamados a interpretar as aspirações da sociedade civil orientando-as para o bem comum, oferecendo aos cidadãos a possibilidade concreta de concorrerem para a formação das opções políticas. Os partidos devem ser democráticos no seu interior, capazes de síntese política e de formulação de projectos”.

Como vê, podíamos estar aqui durante muito tempo que não conseguiríamos esgotar o manancial de informação que a Igreja tem para os Cristãos e para o Mundo, sobre este tema.

P. *Vamos ter de terminar, por isso peço-lhe uma palavra curta de síntese à comunicação que acaba de nos fazer.*

R. Ao trazer esta problemática, na sequência de outras, como no último programa em que abordámos o papel da comunicação social na divulgação da informação, e na formação da opinião pública, pretendemos dar mais um passo no sentido do equilíbrio que deve ser colocado na nossa afirmação como seres humanos ao serviço da comunidade.

A Cáritas tem sentido o incómodo de muitas pessoas que nos procuram, ao sentirem ser discriminadas no relacionamento com a administração pública, e nas respostas que não chegam para as problemáticas que transportam. Daí esta nossa reflexão à volta daqueles que são chamados à vida pública para que não se sirvam dos serviços e das pessoas sob a sua tutela como escadas para subirem, mas como forma de se colocarem ao serviço dos cidadãos, seus companheiros de jornada.

Termino com a esperança de que todos nós aprendamos com os erros do percurso e possamos ganhar um futuro onde impere a paz e o bem-estar social.

Boa tarde para todos.

P. *Terminamos desta forma mais um programa da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco e agradeço ao Elicídio Bilé, mais uma vez, a sua disponibilidade.*

Muito boa tarde.

Portalegre, 20 de Junho de 2007

Elicídio Bilé